Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará-Brasil

Revista Cocar, Belém, V.24, N.42, p. 01-21, 2026 ISSN: 2237-0315

Supervisão Escolar: desafios e impactos da plataformização no trabalho pedagógico

School Supervision: challenges and impacts of platformisation on pedagogical work

Tânia Maurícia Willamil Silva
Raquel Pinheiro Matiola
Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis/SC - Brasil

Resumo
Este artigo tem por objetivo apresentar um panorama dos impactos e dos desafios da plataformização no trabalho do(a) supervisor(a) escolar, profissional que tem por principal atribuição a articulação política e pedagógica do trabalho nas escolas. Metodologicamente, consiste em uma análise teórico-conceitual, a partir de procedimentos bibliográficos, utilizando a revisão de literatura para coleta de dados e análise. Fundamenta-se epistemologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica. Como resultado, evidencia-se as contradições presentes nesse fenômeno e os principais impactos ao trabalho do(a) supervisor(a), como: perda da autonomia, sobrecarga, precarização e introdução de mecanismos que aumentam o controle e a vigilância do trabalho docente.
Palavras-chave: Supervisão escolar; Plataformização; Educação.

Abstract
This article aims to present an overview of the impacts and challenges of platformisation on the work of school supervisors, professionals whose primary role involves the political and pedagogical coordination of work within schools. Methodologically, it consists of a theoretical-conceptual analysis based on bibliographic procedures, using the literature review for data collection and analysis. It is epistemologically grounded in Historical-Critical Pedagogy. The results highlight contradictions inherent to the aforementioned phenomenon and its main impacts on the work of school supervisors, such as loss of autonomy, increased workload, precarisation, and the implementation of mechanisms that intensify control and surveillance over pedagogical practices.
Keywords: School Supervision; Platformisation; Education.

Introdução

O fenômeno da plataformização da educação, embora pareça atual, teve seu advento na década de 1990 e faz parte da política neoliberal que tomou conta do mundo desde aquele período. A educação, como instituição engendrada na própria sociedade, também se viu afetada pela emergência desse fenômeno. Ainda que a plataformização remonte aos anos 1990 no campo educacional, ressaltamos que o período da pandemia da Covid-19 foi determinante para que as chamadas *Big Techs* e *Edtechs* vislumbrassem uma 'janela de oportunidades' aos negócios e adentrassem com mais força no contexto educacional como nova onda de reprodução do capital frente às suas crises cíclicas (Souza; Evangelista, 2020).

A contingência da plataformização na educação, imbricada à lógica capitalista, traz uma perspectiva de maravilhamento (Vieira Pinto, 2005), uma espécie de visão celebratória e tecnosolucionista, cujas promessas de base tecnológica (Lima *et al.*, 2024) são ofertadas pela iniciativa privada, sob a alcunha de 'acordos de cooperação técnica', que têm por missão gerenciar o trabalho escolar (Shiroma; Evangelista, 2011, 2014, 2015; Shiroma, 2018). Nesse ínterim, a plataformização é concebida no seio da ideia de inovação, de facilitação, de aprimoramento e de salvação da educação. Todavia, o uso dessas plataformas, quando sequestradas pelo capital financeiro, provoca sérias implicações para os(as) trabalhadores(as). Na educação, os impactos sobre o trabalho docente têm levado à perda da autonomia intelectual e pedagógica, à expropriação do saber, ao controle e à vigilância exacerbada do trabalho, à responsabilização por meio de metas e resultados (Previtali; Fagiani, 2020), ao sequestro de subjetividades e, consequentemente, ao adoecimento desses(as) profissionais (Matiola; Santos; Neto, 2026).

Em meio ao modelo educacional, que tem relacionado a escola com o sistema econômico e que intenciona formar um sujeito flexível que se adequa às necessidades do mercado e assume o perfil de um trabalhador empreendedor de si (Laval, 2019), a plataformização direciona o trabalho dos(as) profissionais da educação no sentido da adaptação social ao capital. Um trabalho que está atrelado à lógica neoliberal, à averiguação do desempenho dos(as) estudantes e aos treinamentos para práticas de avaliação em larga escala, além de diversas plataformas digitais e de sistemas que necessitam ser alimentados, interferindo tanto no trabalho docente, quanto nas atribuições do(a) supervisor(a) escolar.

Nesse cenário, o artigo propõe, em uma perspectiva crítico-dialética, analisar a relação entre a plataformização e o trabalho do(a) supervisor(a) escolar, visto que pouca ênfase tem sido dada aos impactos desse processo nas ações desse(a) profissional, que tem por principal atribuição a articulação política e pedagógica do trabalho nas escolas. Saviani (2003) nos alerta para a função primordialmente política do(a) supervisor(a), que deve prevalecer sobre a função técnica. Assim, buscamos apresentar o(a) supervisor(a) como um(a) agente político(a), cujas funções política e pedagógica vão de encontro às políticas neoliberais que priorizam a transformação econômica e tecnológica a qualquer preço, em detrimento das necessidades humanas.

Com base no exposto, despontam as seguintes questões: quais os impactos da plataformização no contexto educacional, sobretudo, ao trabalho do(a) supervisor(a) escolar? Quais contradições emergem do processo de plataformização na educação? Quais os desafios para o(a) supervisor(a) escolar diante da plataformização na educação? Frente a essas questões, a pesquisa tem como objetivo geral apresentar um panorama dos impactos da plataformização no trabalho do(a) supervisor(a) escolar e os desafios encontrados por esse(a) profissional.

Metodologicamente, este estudo consiste em uma análise teórico-conceitual, que se desenvolve a partir de procedimentos bibliográficos, utilizando a revisão de literatura para coleta de dados e para a análise do fenômeno da plataformização na educação no campo da supervisão escolar. Para a discussão, o estudo fundamenta-se epistemologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2021a), uma teoria pedagógica marxista. No caminho metodológico da pesquisa, salientamos que a opção não vai simplesmente na direção de assumir um posicionamento de aversão ou maravilhamento dos usos das tecnologias digitais, mas sim de observar de forma singular e universal a plataformização, buscando uma apropriação crítica desse fenômeno em consonância com os propósitos de uma educação emancipadora (Gonzalez, 2026).

As fontes foram localizadas nas bases de dados acadêmicas do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em função da relevância científica e do impacto acadêmico. O recorte temporal para investigação foi delimitado entre os anos de 2016 e 2026. Pesquisamos por descritores Supervisão Escolar e Políticas Educacionais, devido ao fenômeno da plataformização estar imbricado com a

implementação de políticas públicas educacionais. Encontramos quatro resultados e, desses, selecionamos dois que contemplam o escopo desta pesquisa. Utilizamos também teóricos crítico-dialéticos como referenciais que trabalham com análises epistemológicas sustentadas pelo Materialismo Histórico-Dialético e que dialogam sobre o objeto em discussão: supervisão escolar e plataformização. Por meio da revisão de literatura, constatamos que a relação entre o trabalho da supervisão escolar e a plataformização ainda é uma lacuna, visto que poucos ou nenhum estudo têm pesquisado sobre a temática, em particular sob a perspectiva crítica dialética.

Para atingir o objetivo proposto e responder às indagações supracitadas, este estudo foi dividido em duas partes: O fenômeno da plataformização na educação e a Supervisão Escolar: impactos e desafios frente à plataformização.

O fenômeno da plataformização na educação

Para iniciar a discussão sobre a plataformização na educação, apresentamos alguns elementos teóricos que nos levam a entender os enredamentos dessa discussão e a opção teórica dos(as) autores(as). O primeiro elemento é a concepção de educação como "[...] um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana" (Saviani, 2021b, p. 11). Uma natureza humana que se fez e faz pelo trabalho, questão essencial para a sobrevivência e a continuidade da humanidade. Nesse sentido, Saviani (2012b, p. 11) indica que, "[...] diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência". O que nos leva ao segundo elemento que merece atenção: o trabalho.

Saviani (2021b) explicita a pertinência da especificidade da educação à humanidade e a relação dessa natureza com o trabalho que viabiliza a historicidade humana e consolida "[...] a garantia da sua subsistência material com a consequente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais; tal processo nós podemos traduzir na rubrica 'trabalho material'" (Saviani, 2021b, p. 11-12, grifos do autor).

Paralelamente à produção material está a "[...] produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação situa-se nessa categoria do trabalho não material" (Saviani, 2021b, p. 12). Para o mesmo autor, destacam-se, no trabalho não-material, duas formas de apresentação: "[...] a primeira refere-se àquelas em que o produto se separa do produtor

[...]", criando "[...] um intervalo entre a produção e o consumo, possibilitado pela autonomia entre o produto e o ato de produção" (Saviani, 2021b, p. 12). A segunda forma do trabalho que Saviani apresenta "[...] diz respeito às atividades em que o produto não se separa do ato de produção", o caso, portanto, da educação, cujo ato não apresenta um espaço de tempo, ou seja, "[...] o ato de produção e de consumo imbricam-se". Dessa forma, para Saviani (2012b, p. 12), "é nessa segunda modalidade do trabalho não material que se situa a educação".

Ao compreender as categorias educação e trabalho, enquanto completude do ser humano, percebe-se uma totalidade, na qual "[...] a educação, pertencendo ao âmbito do trabalho não material, tem a ver com ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, tais elementos, entretanto, não lhe interessam em si mesmos, como algo exterior ao homem" (Saviani, 2021b, p. 12). Dessa forma, pensar a especificidade e a natureza da educação, bem como sua relação com o trabalho nos levam a identificar a interferência do capitalismo e do neoliberalismo no cotidiano escolar, com ideias fundamentadas em uma concepção mercadológica (Freitas, 2018), razão pela qual esses sistemas têm deixado marcas no cotidiano das escolas públicas. Ao conceber as escolas como empresas, e ao fazer uso de termos e conceitos empresariais, como eficácia, produtividade e gerencialismo, nos planejamentos, nas discussões, nas ações pedagógicas, nas formações dos(as) profissionais da educação e em suas ações, a exemplo do que ocorre com a supervisão escolar, constata-se a materialização de uma educação neoliberal.

Esse cenário é constituído por uma pedagogia que forma pessoas para a flexibilização da aprendizagem, para a subserviência ao trabalho e que está "[...] em consonância com as demandas do mercado". Demandas essas que "as políticas públicas estimulam, cada vez mais, a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, tendo em vista implementar uma nova qualidade à aprendizagem [...]" (Kuenzer, 2017, p. 340). A flexibilização da aprendizagem apresentada por Kuenzer (2017) corrobora o entendimento de que o pensamento empresarial está presente na gestão educacional das políticas de Estado, afetando a formação humana dos(as) estudantes e dos(as) profissionais da educação. Condição essa que leva a uma "[...] padronização da ação educativa e de sua mensuração" (Laval, 2019, p. 203).

Ao delimitar a íntima relação entre educação e trabalho no pensamento histórico-crítico de Saviani (2021b), indica-se a reflexão sobre a importância de a supervisão escolar, na natureza e na especificidade da educação, agregar o coletivo da escola para o estudo, a reflexão da prática e para uma atuação político-pedagógica nas relações de trabalho e na sociedade. A decisão de escolher uma fundamentação teórica histórico-crítica demonstra uma intencionalidade para o leitor. Com esse posicionamento, pretendemos, à luz de uma visão que contemple a totalidade da realidade e que vá além da aparência (Kosik, 1995), descortinar a plataformização da educação e seus impactos na supervisão escolar.

Contraditoriamente, ao pensamento histórico-crítico, os neoliberais da educação enfatizam o viés de uma educação pública problemática, justificada pela ineficácia do trabalho docente, sem considerar a concretude da realidade (Kosik, 1995), negligenciando questões econômicas, sociais e históricas e que culpabiliza o profissional da educação (Previtali; Fagiani, 2020). Essa perspectiva neoliberal acredita que a superação para a improdutividade pedagógica será conquistada com a mercantilização de serviços e de produtos tecnológicos atualizados, situação que possibilita a produção e a aproximação de uma educação pública tutelada aos interesses do mercado. Uma condição na qual "[...] a política de testar e punir apenas cria condições para se privatizar a educação, através de avaliações estreitas e da tentativa de desgastar a imagem da educação pública e encontrar uma justificativa para transferi-la à iniciativa privada" (Freitas, 2018, p. 141).

No enfrentamento aos conflitos existentes no cotidiano escolar estão disfarçados os empresários da educação (Freitas, 2018), sendo que, nessa fronte pedagógica, está a supervisão escolar, uma função que tem sido desafiada a trabalhar em uma racionalidade performatizada pela lógica da racionalidade neoliberal. Uma realidade que tem colocado à prova a resistência e o fôlego dos profissionais da escola, os quais buscam uma educação democrática e emancipadora que atenda à classe trabalhadora. Nesse sentido, os(as) profissionais da educação passam a viver, em sua prática, orientações advindas de plataformas digitais, que direcionam o planejamento, o registro da prática pedagógica, a avaliação do(a) estudante e até a averiguação do desempenho da escola em uma escala de *ranking*. Um processo no qual supervisores(as), gestores(as), professores(as) e estudantes utilizam sistemas de treinamentos e de avaliação em larga escala que projetam mudanças na prática escolar, pois "[…] a mutação da gestão educacional e a formação de professores são reformas focadas na produtividade (*productivity-centred*)" (Laval, 2019, p. 37).

A compreensão a respeito da dimensão do capitalismo de plataformas (Srnicek, 2016), plataformização do trabalho (Grohmann, 2020) e o plataformismo na sociedade (Pessanha, 2024) se constitui em auxílio de diferentes teóricos para compreender a complexidade do fenômeno da plataformização nas ações dos(as) profissionais da educação, como a supervisão escolar. Srnicek (2016), por exemplo, identificou a existência de uma forma de extração de mais valor dos usuários nas plataformas digitais, pelo capital, em especial, na exploração do tratamento dos dados e metadados utilizados pelos algoritmos para a monetização, sendo, o capitalismo de plataforma, "[...] um capitalismo avançado que se centra na extração e uso de um tipo particular de matéria-prima: os dados" (Srnicek, 2016, p. 41).

A compreensão do capitalismo de plataforma revela o contexto social e histórico no qual todo ser humano está imerso e que é fruto de um projeto hegemônico de sociedade (Laval, 2019; Freitas, 2018). Uma aspiração hegemônica que precisa ser colocada em xeque, conhecida por parte daqueles(as) que atuam na supervisão escolar e de todos(as) os(as) profissionais da escola, caso contrário, essa realidade não será modificada, ou seja, se não tivermos "[...] uma compreensão das ações que o capital está colocando em curso em nossas escolas para controlar os processos educativos" (Freitas, 2022, p. 34).

Casilli (2021) aborda a mesma questão que Srnicek (2016), porém, utiliza o termo plataformização do trabalho. Em entrevista a Rafael Grohmann, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Casilli (2021, p. 31) chama a atenção para o que acontece em plataformas como a Uber. Nestas, "[...] há o algoritmo relacionado ao preço", que determina o valor das corridas para motoristas e usuários(as), gerando a monetização, diferentemente da estrutura do *Facebook*, no qual "[...] o algoritmo de *and rank* (que classifica e ranqueia informações nos *feeds*)" (Casilli, 2021, p. 31, grifo do autor), facilita a comunicação dos usuários e, sobretudo, transforma informação em valor. Nessa esteira, a plataformização da Educação também plataformiza o trabalho do(a) supervisor(a) e expropria os seus dados nas diferentes plataformas digitais que adentram a escola.

Conforme se observa, a plataformização tem sido um tema recorrente na sociedade contemporânea, se faz presente nas situações cotidianas mais diversas e com a circulação sistemática de dados. Ela está no abrir a porta de uma casa apenas com uma leitura digital ou facial, em uma transação bancária, no trabalho *home office*, em conversas nas redes

sociais, na assinatura digital de um documento, na efetivação de uma compra *online* ou, mesmo, em uma ligação de vídeo, entre tantas outras formas que poderiam ser citadas. Uma condição imperceptível de imediato, mas que faz parte da vida das pessoas, denominada por Lemos (2021) como datificação. Nessa seara, podemos afirmar que a plataformização se mantém todo o tempo com os sujeitos contemporâneos, confirmando que o capitalismo e a datificação caminham lado a lado, colocando em risco a classe trabalhadora. Isso porque, "a plataformização é, ao mesmo tempo, materialização e consequência de um processo histórico que mistura capitalismo rentista, ideologia do Vale do Silício, extração contínua de dados e gestão neoliberal" (Grohmann, 2021, p.13).

A partir desse entendimento, Grohmann (2021) infere que "[...] mecanismos como gestão algorítmica, gamificação, datificação e vigilância são experiências do capital rumo à intensificação do trabalho e ao controle da classe trabalhadora" (Grohmann, p. 14). Esses mecanismos, de certa forma velados pelos hábitos tecnológicos da sociedade contemporânea, se tornaram comuns a todos(as) os(as) que têm acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Apresenta-se como uma realidade aparentemente facilitadora em diversos momentos da vida e da educação, sempre sob o argumento de que a tecnologia veio somente para favorecer a vida humana e facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

A plataformização está encoberta não só pelo cotidiano da otimização tecnológica, mas, intencionalmente, por um discurso celebrativo que coloca, ao longo da história, os avanços tecnológicos de forma distorcida no imaginário das pessoas, na ilusão de que a tecnologia só traz implicações positivas (Lima Filho *et al.*, 2014), de sucessos e de benefícios para a vida de homens, de mulheres, das crianças que estão enredadas nesse contexto digital. Contudo, a realidade desse processo na educação mostra que "[...] a incorporação destas tecnologias no interior da escola e da universidade, restritiva à sua operacionalidade técnica, não garante a mudança do trabalho docente em condições de potencializar o aprendizado significativo do aluno" (Lima Filho *et al.*, 2014, p. 21).

A incorporação dessas tecnologias no ambiente escolar (Lima Filho *et al.*, 2024) tem permeado o trabalho pedagógico como tecnologia que fiscaliza, monitora e oprime o trabalhador (Previtali; Fagiani, 2020). Isso se dá porque elas definem o trabalho pedagógico como fácil, objetivo e distante de reflexos sociais, sequestrando a criatividade e a autonomia do pensar e do fazer dos(as) profissionais da educação. Uma educação que pressuposto na

"[...] aprendizagem flexível [que] surge como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a distribuição desigual do conhecimento, porém com uma forma diferenciada" (Kuenzer, 2017, p. 338).

A aprendizagem flexível está relacionada à tecnologia instrumental, fruto de uma concepção de mundo capitalista e de uma educação mercadológica presente na realidade escolar com a utilização de diversas TDIC, em especial, as plataformas digitais. Dessa forma, se dá "[...] um novo passo na subsunção real do trabalho ao capital, que, nos tempos atuais, vem atingindo também os trabalhadores e trabalhadoras com formação em nível superior, como os professores da educação básica" (Previtali; Fagiani, 2020, p. 235). Essa realidade performática direciona a prática pedagógica e está relacionada ao capitalismo de vigilância tratado por Zuboff (2018), pelo capitalismo de plataformas denominado por Srnicek (2016) e o chamado plataformismo definido por Pessanha (2024).

Todo esse processo tem sido imerso por um discurso de avanço e até de maravilhamento (Vieira Pinto, 2005) com a tecnologia, que se revela, na verdade, como epopeico sequestro de dados. A mineração desses dados, por sua vez, possibilita a vigilância e a monetização (Lemos, 2021). Esse processo é uma considerável artimanha do capital que garante o monopólio tecnológico, que inclui as *Big Techs* e algumas *startups* em ascensão e afeta o trabalho da população em geral.

Assim, buscamos em Antunes (2023) respaldo para trazer o elemento do trabalho. Em seus estudos, o autor assinala os efeitos do capitalismo na vida e no mundo do trabalho ao afirmar que,

> [...] no capitalismo contemporâneo, espaço por excelência no qual o universo informacional-digital se encontra em grande expansão, em escala global, acarretando inúmeras consequências em relação à classe trabalhadora e ao mundo do trabalho (Antunes, 2023, p. 13).

A investigação de Antunes (2023) enfatiza como o capitalismo tem se reinventado e transformado as formas de trabalho, com o objetivo de aumentar cada vez mais a exploração do trabalho humano e gerar um maior lucro, caraterística que o autor denominou de trabalho uberizado. Uma forma de trabalho que "remete originalmente às precárias condições de trabalho presentes nas plataformas que prestam essa modalidade de serviços (Antunes, 2023, p. 14)".

A pressão sobre o trabalhador com a inserção das tecnologias no ambiente laboral tem afetado diferentes profissões, de maneira geral. Algumas profissões já foram extintas, porque as especificidades dos trabalhadores foram transpostas para máquinas ou robôs automatizados, aumentando, dessa forma, a população de pessoas desempregadas em todas as partes do planeta. Pode não parecer, mas essa realidade do trabalho uberizado ou plataformizado começa a compor o contexto educacional, especialmente quando se trata dos planos de aula e dos planejamentos padronizados elaborados pela Inteligência Artificial (IA) dos Chats GPT e disponibilizados em plataformas digitais.

O termo trabalho uberizado parece, em um primeiro momento, distante da educação. No entanto, pesquisas como a de Antunes (2020, 2023) revelam a essência e comprovam a existência dessa realidade em diferentes etapas do trabalho pedagógico. Ressaltamos que a especificidade da educação e a garantia da subsistência material humana defendida por Saviani (2021b) têm colocado aos trabalhadores, em especial, os profissionais da educação, um grande desafio. Nesse campo, estão os(as) supervisores(as) escolares, que se veem frente a situações distintas e complexas: atuar a favor da comunidade escolar e gerir as formas de trabalho plataformizadas ou uberizadas. Para Antunes (2023, p. 17), isso ocorre "[...] porque esses novos espaços produtivos, cada vez mais conectados com as plataformas digitais e com o mundo dos algoritmos, vêm tendo enorme destaque na geração de lucros e com o mundo de mais-valor [...]".

A reflexão de Antunes (2023) nos leva a perceber as perversas conexões das plataformas digitais com a exploração do trabalho que têm chegado às escolas. Teixeira (2022) atenta-se a pensar a educação brasileira no contexto do avanço tecnológico, em que o capital tem utilizado esses mecanismos para mediar as relações de exploração do trabalho em um processo de degradação humana e de flexibilização do trabalho. Mas, qual a relação das questões apresentadas com a exploração do trabalho e o viés mercadológico entre a plataformização da educação e a supervisão escolar? A resposta para esse questionamento tem se desenhado ao longo deste artigo. Grohmann (2021, p. 13), ao discorrer sobre o trabalho em plataformas, indica que estas podem ser "[...] as novas formas de controle e gerenciamento por parte do capital [...]".

Grohmann (2023) mostra os desafios a serem enfrentados pelos(as) trabalhadores(as) com as plataformas digitais, pois a "[...] centralidade dos dados na vida cotidiana e, acrescentamos, no modo de produção capitalista, tanto em sua produção como

em sua circulação" é "[...] ao mesmo tempo, expressão de infraestruturas digitais, interações midiatizadas e capital financeirizado" (Grohmann, 2023, p. 109). Reforçamos, aqui, a necessidade da supervisão escolar atentar a essa especificidade dos dados no espaço escolar, interferindo no trabalho coletivo e o conflito deste com o aumento das tarefas diárias repetitivas que têm sido geradas pelo uso das plataformas.

Dominar leituras de teóricos que permitam "[...] superar o que é aparente, para compreender as relações" (Kuenzer, 2017, p. 343) do capitalismo e do neoliberalismo na realidade social e, especialmente, refletir sobre a relação do trabalho da supervisão e dos(as) professores(as) diante da plataformização da educação é um dos grandes desafios da atualidade. Sabemos da complexidade do embate pedagógico da supervisão escolar no chão da escola, mas, também, entendemos as possibilidades dessa função no trabalho coletivo da comunidade escolar. Contudo, para que essas possibilidades se tornem ações de fato, faz-se necessário que o(a) profissional que assuma essa função pesquise, estude, faça mediações individuais e coletivas, por meio das "[...] conexões, [d]as estruturas internas, [d]as formas de organização, [d]as relações entre parte e totalidade, [d]as finalidades, que não se deixam conhecer no primeiro momento" (Kuenzer, 2017, p. 343), para que estas sejam compreendidas e que o fenômeno da plataformização da educação seja visível para todos(as).

Supervisão escolar: impactos e desafios frente à plataformização

Após discorrermos sobre os impactos da plataformização, é necessário retomarmos um pouco da história da supervisão escolar enquanto profissão e suas atribuições no trabalho pedagógico da escola. Essa retomada histórica contribui para a compreensão do(a) supervisor(a) escolar como profissional da educação e, sobretudo, como articulador(a) político(a) e pedagógico(a) no âmbito escolar.

A profissão de supervisor(a) escolar foi criada por meio do Parecer nº 252, de 1969, que reformulou o curso de Pedagogia durante o período militar, e estabeleceu as habilitações. Foram quatro habilitações centradas nas áreas técnicas de administração escolar, inspeção escolar, supervisão escolar, orientação educacional e duas habilitações em Magistério de disciplinas profissionalizantes dos cursos normais e Planejamento Educacional (Saviani, 2003). Todavia, antes mesmo de ser uma habilitação do curso de Pedagogia e,

consequentemente, profissão, a função supervisora já acompanhava a função educativa. Saviani (2019, p. 80, grifo do autor) parte da constatação de que:

> [...] a *função* supervisora acompanha, de forma implícita, a ação educativa desde suas origens. Com o desenvolvimento histórico-social, à medida que a função supervisora vai se explicitando, esboça-se no espírito a *ideia* de supervisão como representação mental da função supervisora. Nesse processo, abre-se a possibilidade para se colocar, bem mais à frente, como *profissão* entendida como uma especialidade que implica determinadas qualificações que exigem formação específica.

Conforme se depreende, a supervisão passa de função à profissão pela mediação da ideia de supervisão. A função supervisora esteve relacionada à ação educativa que acontecia nos primórdios, quando adultos(as) supervisionavam as crianças pela vigilância e a orientação. A ideia de supervisão pode ser identificada ao longo da história da educação brasileira, na figura de alguns profissionais, como o prefeito de estudos, o diretor geral e os inspetores, que encarnavam a ideia de supervisão (Saviani, 2019), e, por fim, a profissionalização, a partir do Parecer nº 252/ 1969, como já explicitado. Destacamos que, no ano de 2006, as referidas habilitações foram extintas.

Entretanto, além do caráter histórico, a supervisão escolar apresenta outros dois aspectos fundamentais que ainda são foco de discussões acerca da supervisão: identidade e atribuições. Saviani (2003) afirma que a identidade própria é um requisito fundamental para se caracterizar uma atividade como profissão, porém, no caso da supervisão escolar, o autor indica que esta continua sendo um objeto de controvérsia. Isso porque, se antes já não havia características próprias da supervisão que as distinguisse das outras atividades profissionais (Saviani, 2003), atualmente, com uma formação que se estende a outras graduações, além do curso de Pedagogia e da pós-graduação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), (Brasil, 1996), é ainda mais difícil que se tenha uma identidade própria. A questão exposta extrapola os debates sobre identidade e acaba refletindo na dificuldade de compreensão por parte dos(as) supervisores(as) de reconhecer suas próprias atribuições.

No que concerne à função de supervisão, historicamente ela esteve bastante atrelada à vigilância e ao controle do trabalho docente. Era concebida como uma função técnica a serviço do Estado, ou seja, cabia ao(à) supervisor(a) implementar as políticas públicas e fiscalizar se o(a) professor(a) as estava executando. Ferreira (2003) explica que

etimologicamente a palavra supervisão significa visão sobre e que sua origem vem da administração, por isso quando vem para a educação a supervisão passa a ser exercida como função de controle.

Contudo, durante o período de redemocratização do país no final da década de 1980 e início dos anos 1990, essa concepção começou a mudar. A ideia de supervisão escolar até então imbuída de um caráter autoritário, fiscalizador e meramente administrativo, foi sendo substituída pela ideia de que essa função consiste em uma possibilidade de mudança nas escolas. Para Alonso (2003),

> [...] a supervisão torna-se força aglutinadora e impulsionadora do grupo, atuando como mediadora do sistema, porém numa posição não mais de subordinação e aceitação irrestrita à autoridade, mas de intérprete da realidade escolar e de suas necessidades" (Alonso, 2003, p. 169)

Como se observa, o(a) supervisor(a) assume uma condição de articulador(a) político(a) e pedagógico(a) no âmbito da escola, não mais centrado na figura de antagonista dos(as) professores(as), mas como um(a) companheiro(a) de trabalho, comprometido(a) com o trabalho coletivo e com a construção de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada. Constatamos, portanto, que "[...] o supervisor não é somente um fiscalizador, mas deve atuar coletivamente, com a participação integral de todos para que seja possível realizar melhorias no âmbito pedagógico" (Correia; Zanlorenzi, 2022, p. 3).

É diante desse contexto que pretendemos analisar o fenômeno da platafomização e os seus impactos no trabalho do(a) supervisor(a) escolar. No âmbito educacional, essas tecnologias chegam por meio de políticas e programas sob a lógica neoliberal, a serviço do capital, desfazendo a aparente ideia de neutralidade dos aparatos tecnológicos. As discussões em torno da plataformização no cenário educacional, quando centradas no trabalho, enfatizam normalmente o trabalho docente. Todavia, é importante ampliar essa discussão para outros(as) profissionais da educação, a exemplo dos(as) supervisores(a) escolares. Esse fenômeno adentra o universo da escola sob a falácia da inovação, da facilitação, da salvação, como se fosse a solução para as questões contemporâneas do campo educacional e uma forma de favorecer o trabalho docente.

Conforme entendem Braz *et al*. (2024, p. 7), "[...] o supervisor escolar é o elo entre a gestão educacional e o corpo docente, tendo como função primordial assegurar que as diretrizes pedagógicas sejam efetivamente aplicadas no contexto escolar". Se efetuada

arbitrária e coercitivamente, a implementação dessas políticas e recursos tende a reaver o papel já superado do(a) supervisor(a) escolar como um(a) opositor(a) ao trabalho docente e como uma figura autoritária e fiscalizadora. Isso seria um retrocesso tanto para a educação como para esses profissionais que tanto lutaram para reverter esse papel arraigado no sistema educacional, o que torna ainda mais necessária a discussão sobre o papel político dos(as) supervisores(a), para além de um papel técnico. Nas palavras de Saviani (2019, p. 84), "isso significa que a educação, ainda que seja interpretada como uma tarefa meramente técnica, não deixa de cumprir um papel político. Aliás, limitá-la à função técnica é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dos dominantes".

É preciso que o(a) supervisor(a) compreenda a educação como um ato político e passe de uma consciência irrefletida para uma consciência filosófica, questionando as políticas e a forma como essas se introduzem na escola. Salientamos, também, a importância do papel formador desse(a) profissional, que possibilita envolver os(as) professores(as) e trazer essas reflexões para o espaço escolar, contribuindo com uma formação crítica.

Para além dos impactos relacionados à implementação das políticas educacionais, a plataformização tem ocasionado transformações no trabalho do(a) supervisor(a). Da mesma forma que o fenômeno da plataformização leva à perda da autonomia por meio da expropriação do saber, à sobrecarga, à precarização e introduz mecanismos que aumentam o controle e a vigilância do trabalho docente, ele também atinge o trabalho da supervisão escolar. Essa condição revela total contradição, pois, ao mesmo tempo que o desenvolvimento da tecnologia avança, podendo melhorar as condições de vida e trabalho, tem-se a separação entre os que vivem do trabalho e os que vivem da exploração (Previtali; Fagiani, 2020).

Outro impacto significativo é o retorno da ação supervisora atrelada ao trabalho burocrático e administrativo. Com a plataformização da educação, supervisores(as) utilizam horas do seu dia acompanhando o preenchimento das plataformas educacionais por parte dos(as) professores(as) e digitalizando informações referentes aos resultados de avaliações externas ou outros dados solicitados pelas gerências ou pelas chefias. Essa situação nos remete novamente ao papel fiscalizador e controlador, já que esse acompanhamento tem por intuito a vigilância do trabalho docente, servindo aos interesses do Estado.

A ampliação e a intensificação da quantidade de tarefas também é evidente e faz com que se exceda a jornada diária, obrigando os(as) profissionais a utilizarem o tempo de descanso e formativo para o trabalho alienado. O surgimento de aplicativos de mensagens instantâneas, a exemplo do *WhatsApp*, acentuou o trabalho ininterrupto, sujeitando supervisores(as) a responderem assuntos profissionais a qualquer tempo, inclusive no horário de lazer.

Considerando a conjuntura aqui exposta, reiteramos a necessidade de resistir a essa política neoliberalista, que atropela e precariza o trabalho pedagógico nas escolas por meio da plataformização. Foram anos para a superação da visão tecnicista da supervisão escolar e para que ela se apresentasse sob uma nova roupagem em prol de uma educação pública voltada para os interesses da classe trabalhadora. A concepção de uma função política, para além de técnica, reforça a importância desse(a) profissional na escola, não mais como olho do Estado, mas como agente político(a) que contribui, por meio das suas ações, com a transformação da estrutura social vigente, o capitalismo. Dentre essas ações, enfatizamos a articulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) pautada em uma construção democrática e coletiva; a formação continuada em serviço como forma de socialização e partilha do conhecimento; a construção coletiva de um currículo crítico e, sobretudo, a prática humanizadora e includente que tem em vista a construção de uma nova sociedade (Saviani, 2019).

Concluímos, assim, afirmando a necessidade de estarmos atentos às intencionalidades, muitas vezes ocultas, que estão por trás de todas essas políticas neoliberalistas. Saviani (2021b) aponta que a neutralidade é impossível, pois todo conhecimento tem interesses. No entanto, tornar os(as) supervisores(as) escolares reféns mais uma vez de trabalhos burocráticos e, constantemente, sem significado ou relevância pedagógica, afasta esses(as) profissionais da essência do trabalho pedagógico e da articulação política no âmbito escolar.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi o de apresentar um panorama dos impactos da plataformização no trabalho do(a) supervisor(a) escolar e os desafios encontrados por esse(a) profissional, fundamentados epistemologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica. Inicialmente, concentramos as discussões no fenômeno da plataformização como forma de

desconstruir a ideia de neutralidade e desvelar os interesses que existem por trás desse fenômeno.

A plataformização, embora não seja recente, ganhou força no período da pandemia de Covid-19 e adentrou o âmbito escolar com mais força, exercendo diversos impactos no trabalho educacional. Além da datificação, como forma de obter dados para monetizar, esse fenômeno tem implicações diretas ao trabalhador da educação. Dentre elas, o aumento da precarização, produzindo mais sobrecarga, a vigilância e o controle, não só do trabalho docente, mas também dos(as) supervisores(as) escolares(as), retirando a autonomia pedagógica desses(as) profissionais, transformando-os(as) em executores(as). Ressaltamos, também, que essas implicações ocasionam o adoecimento e, muitas vezes, o afastamento desses(as) profissionais da esfera da educação.

Este estudo evidencia, assim, as contradições presentes no fenômeno da plataformização. A falácia da inovação, da redução do tempo de trabalho e da facilitação do trabalho pedagógico se contrapõe à realidade vivenciada pelos(as) supervisores(as) escolares, marcada pela sobrecarga de trabalho, pela pressão por resultados e pela falta tempo hábil no ambiente de trabalho para exercer sua função política e pedagógica. A situação exposta corrobora com o ideal de educação da classe burguesa. A retomada do papel burocrático e de um instrumento de vigilância em prol do Estado também se opõe às atribuições do(a) supervisor(a), que é um(a) articulador(a) do processo pedagógico no âmbito escolar.

Sobre as contribuições, acreditamos que este artigo fortalece não só os estudos sobre a plataformização da educação, mas especialmente sobre a cotidianidade da supervisão escolar. Com a extinção das habilitações, alguns estados e munícipios substituíram a supervisão escolar pela forma generalista de coordenação pedagógica, ocupada, inclusive, por professores(as). Desse modo, entendemos como necessário que se ampliem as pesquisas acerca da ação supervisora, com o intuito de fortalecer a supervisão escolar e para que esses(as) profissionais resistam aos ataques que a educação vem sofrendo constantemente. Para tanto, a formação continuada e a presença massiva nas lutas coletivas, via sindicatos e associações apresenta-se como caminho viável para que a supervisão reassuma sua condição de articulação política e pedagógica na comunidade escolar. Academicamente, este artigo contribui enquanto material de pesquisa e de estudo, já ao campo educacional, evidencia os impactos que a plataformização causa ao trabalho da

supervisão, em uma tentativa de desvendar o que está por trás desse fenômeno e despertar os(as) que atuam nessa função para a consciência crítica.

Referências

ALONSO, Myrtes. A Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. *In:* FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-181.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e (des)valor no capitalismo de plataforma: três teses sobre a nova era da desantropomorfização do trabalho. *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva:** o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 13–39.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAZ, Adakciel Tiago Martins; CATHCART, Karla Demonti Passos; PEREIRA, Priscila Ricardo; MUNIZ, Maria Simone; SOARES, Lidiane Sacramento; RIBEIRO, Steve Biko Menezes Hora Alves. A influência das Políticas Educacionais na Supervisão Escolar: desafios e perspectivas para a qualidade da educação na rede pública. **IOSR Journal of Business and Management** (IOSR-JBM), [*S. l.*], v. 26, n. 10, ser. 15, p. 6-13, out. 2024. Disponível em: https://www.iosrjournals.org/iosr-jbm/papers/Vol26-issue10/Ser-15/B2610150613.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

CASILLI, Antônio. O trabalho digital além da uberização. *In:* GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 27-32.

CORREIA, Adrielen Larissa Zamboni; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. Supervisão escolar: histórico, função e estado do conhecimento. **Devir Educação**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, p. e-538, 2022. DOI: 10.30905/rde.v6i1.538. Disponível em: https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/538. Acesso em: 12 jan. 2026.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Supervisão educacional no Brasil: trajetória de compromissos no domínio das políticas públicas e da administração da educação. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 235-254.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qual agenda para qual democracia: o papel da escola e seus profissionais. *In:* OLIVEIRA, Ana Maria Vergne de Morais; MILEÓ, Irlanda do Socorro de Oliveira; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza; BRAGA, Luiz Ricardo Pereira de Almeida; GONÇALVES, Maria Elizabeth Souza; NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha (Orgs.). **Diálogos**

críticos: educação, crise e luta de classes em pauta. v. 5: a escola como território contra hegemônico. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. p. 22-50.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Tecnologia e trabalho educativo: a pedagogia histórico-crítica frente à hegemonia do neotecnicismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 25, p. 1-11, 2026. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8681278/37375. Acesso em: 10 fev. 2026.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 93-109.

GROHMANN, Rafael. **Os laboratórios do trabalho digital**: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do Regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr./jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/mJvZs8WKpTDGCFYr7CmXgZt/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 26 fev. 2026.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMOS, André. Dataficação da vida. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.2.39638. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/39638. Acesso em: out. 2025.

LIMA FILHO, Domingos Leite; TONO, Cineiva Paulino; OLIVEIRA, Rosangela Gonçalves de. **Tecnologia, trabalho docente e educação**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

LIMA, Paula Valim de; PERONI, Vera Maria Vidal; PIRES, Daniela de Oliveira. Novas tecnologias, velhas propostas: soluções educacionais privadas do analógico ao digital. **Revista Trabalho Necessário**, *[S. l.]*, v. 22, n. 48, p. 01-15, 2024. DOI: 10.22409/tn.v22i48.62246. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/62246. Acesso em: 22 out. 2025.

MATIOLA, Raquel Pinheiro; SANTOS, Rafael dos; NETO, Alaim Souza. Dos usos das tecnologias ao fenômeno de Plataformização da Educação: uma perspectiva crítica de análise do trabalho docente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, *[S. l.]*, v. 15, n. 1, p. 1–19, 2026. DOI: 10.14393/REPOD-v15n1a2026-79110. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/79110. Acesso em: 26 fev. 2026.

PESSANHA, Roberto Moraes. Plataformismo: uma nova etapa do modo de produção capitalista? *In:* NEDER, Ricardo Toledo; HENRIQUES, Flávio Chedid (Orgs.). **Um horizonte de lutas para a autogestão**: o trabalho organizado por plataformas digitais. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2024. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 26 abr. 2024. Disponível em: https://lutasanticapital.com.br/products/um-horizonte-de-lutas-para-a-autogestao-o-trabalho-organizado-por-plataforma-digital. Acesso em: set. 2025.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho digital e educação no Brasil. *In:* ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 217-235.

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da ideia. *In:* FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-38.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021a.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 12. Ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021b.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das organizações multilaterais. **Momento Diálogos em Educação**, *[S. l.]*, v. 27, n. 2, p. 88-106, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.14295/momento.v27i2.8093. Acesso em: 21 nov. 2025.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, *[S. l.]*, v. 10, n. 20, p. 314-341, jul./dez. 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2730. Acesso em: 21 de nov. 2025.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 127-160, jan./jun. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2011v29n1p127/1945. Acesso em: 22 nov. 2025.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e rede de governança. **Educação e Fronteiras**, *[S. l.]*, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/4359/pdf_232. Acesso em: 20 jan. 2026.

SOUZA, Artur Gomes de; EVANGELISTA, Olinda. Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. **Contrapoder**, *[S. l.]*, 15 abr. 2020. Disponível em: https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/. Acesso em: 23 fev. 2026.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataforma**. Buenos Aires: Caja Negra, 2016.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **A uberização do trabalho docente:** reconfiguração das condições e relações de trabalho mediados por plataformas digitais. 2022. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45841. Acesso em: 27 jan. 2026.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia - Volume I**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

Sobre as(os) autoras(es)

Tânia Maurícia Willamil Silva
Mestranda em Educação pelo PPGE da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na linha Sujeitos, Processos Educativos e Docência (SUPED). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, com habilitação em Supervisão Escolar. Integrante do grupo de estudos e Pesquisas: Formação de Professores e Práticas de Ensino - FOPPE (UFSC/CNPq) e do Observatório de Práticas Curriculares - OPC/UFSC.
E-mail: taniamwsilva@sed.sc.gov.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-7074-9154

Raquel Pinheiro Matiola
Doutoranda em Educação pelo PPGE da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, na linha Sujeitos, Processos Educativos e Docência (SUPED). Mestra em Educação pelo PPGE do Instituto Federal Catarinense - IFC (2023). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2005). Integrante do grupo de estudos e Pesquisas: Formação de Professores e Práticas de Ensino - FOPPE (UFSC/CNPq) e do Observatório de Práticas Curriculares - OPC/UFSC.
E-mail: matiolaraquel@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6295-2953

Alaim Souza Neto
Doutor em Educação. Atua como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED) da UFSC. É líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Práticas Curriculares (OPC/UFSC) e Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Formação de Professores e Práticas de Ensino (FOPPE/UFSC).
E-mail: alaimenergia@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5565-1367

Recebido em: 02/04/2026
Aceito para publicação em: 14/04/2026